

RELATÓRIO E CONTAS 2018

Allianz

Sociedade Gestora
de Fundos de Pensões S.A.

Allianz Group
Annual Report 2018

Allianz 

ÍNDICE

Órgãos Sociais	3
Assembleia Geral anual	4
Relatório de Gestão	5-8
Anexo ao relatório do conselho de administração	9
Demonstrações Financeiras	10-12
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	13-14
Demonstração dos Fluxos de Caixa	15-17
Anexo às Demonstrações Financeiras	18-30
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	31-32
Certificação Legal das Contas Consolidadas	33-36

ALLIANZ – S.G.F.P., S.A. CORPOS SOCIAIS – 2018

CORPOS SOCIAIS DA ALLIANZ SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES,
DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018

Mesa da Assembleia Geral

Companhia de Seguros Allianz Portugal

Presidente

Luís Carlos Melo Ferreira

Secretário

Conselho Fiscal

Alexandre Manuel Fernandes Serra Brandão

Presidente

Isaque Marcos Lameiras Ramos

Vogal

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Vogal

Aguinaldo João Trindade Nave

Vogal suplente

Revisor Oficial de Contas

**Price Waterhouse Coopers e Associados, SROC,
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia**

Conselho de Administração

Teresa Paula Lan Brantuas Silva

Presidente

Maria Ana Fraga de Oliveira Martins

Vogal

Carlos Daniel Fernandes Catela Teixeira

Vogal

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Sede: Rua Andrade Corvo, n.º 19 – 1069-014 Lisboa

Capital Social: 1 000 000 €

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 501914080

Convocatória

Nos termos legais, convoco os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral anual, no dia 21 de março de 2019, pelas 12 horas, na Rua Andrade Corvo, n.º 32 – 3.º, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício de 2018, assim como sobre o parecer do Conselho Fiscal.
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Nos termos da lei e dos estatutos, e sem prejuízo do direito de agrupamento, podem participar na Assembleia Geral os acionistas que, até aos 15 dias anteriores à data de realização da reunião, tenham depositadas na sede da Sociedade as ações de que sejam titulares ou apresentado documento comprovativo do respetivo depósito em instituição de crédito ou outra legalmente equiparada para o efeito.

A cada grupo mínimo de seis ações corresponde um voto.

Nos termos do art. 289º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, as propostas a submeter à Assembleia Geral, assim como os demais instrumentos de informação preparatória, estarão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Sociedade.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Vaz Serra de Moura
(em representação da Companhia de Seguros Allianz Portugal)

RELATÓRIO DE GESTÃO

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., submete à vossa apreciação o presente relatório de gestão, bem como o balanço da Sociedade a 31 de dezembro, a demonstração dos resultados e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018.

Enquadramento económico e institucional

Em 2018, o crescimento da economia global manteve-se estável face ao ano anterior. Nos Estados Unidos, verificaram-se taxas de crescimento acima dos 3% nos últimos dois trimestres, a procura interna e o consumo mantiveram-se fortes graças à criação de emprego e crescimento salarial. Na Zona Euro, verificou-se uma evolução negativa face ao ano anterior, explicada pela quebra na produção automóvel. A Alemanha foi o país com maior impacto, com uma quebra de 0,2% no PIB do terceiro trimestre. A Espanha foi o que teve maior crescimento e Itália o mais negativo, onde a incerteza política incidiu na confiança empresarial e a falta de reformas importantes limita o crescimento a longo prazo.

A incerteza relativamente ao *Brexit* afetou negativamente a economia britânica, continuando as negociações a merecer especial acompanhamento até haver maior visibilidade sobre o tipo de acordo que se conseguirá obter.

As economias emergentes, por seu lado, tiveram de enfrentar condições financeiras mais restritivas devido ao fortalecimento do dólar e à subida da taxa de juro por parte da Reserva Federal dos Estados Unidos. Os processos eleitorais em países como o Brasil e o México também contribuíram para um aumento de volatilidade. As dúvidas centraram-se sobretudo na China e nos receios de uma guerra comercial com os Estados Unidos.

No que respeita ao petróleo, na primeira metade do ano, o preço deste ativo teve uma forte valorização, seguida de uma queda de igual magnitude na segunda metade. Assim, partimos de níveis de 65 dólares/barril, chegando em setembro até aos 85 dólares, terminando o ano a 53,8 dólares/barril.

Em Portugal, as projeções do Banco de Portugal para 2018 são de 2,3% de crescimento do PIB e taxa de desemprego de 7%. O crescimento económico permanece robusto graças à tendência positiva da procura interna, às exportações, ao turismo, ao bom desempenho do mercado de trabalho e à evolução positiva do imobiliário. O Governo espera uma expansão económica de 2,2% em 2019, apesar de a Comissão Europeia estimar 1,8%. No início do semestre, os dados da execução orçamental revelaram uma melhoria das contas públicas e a Comissão Europeia reconheceu a maior correção dos desequilíbrios macroeconómicos. A agência de notação financeira Moody's melhorou a perspetiva do rating dos bancos portugueses, refletindo a expectativa de melhoria da qualidade creditícia nos próximos 12-18 meses.

Durante o ano, o Banco Central Europeu não realizou nenhuma alteração de taxas, pelo que a taxa de depósitos interbancários se manteve em -0,4% e a taxa de juro principal nos 0%. Apesar de ter terminado em dezembro o programa de compras, o Banco Central Europeu vai continuar a reinvestir as obrigações compradas ao longo destes últimos anos. Prevê-se a primeira subida de taxas na

segunda metade de 2019. A Reserva Federal subiu as taxas 4 vezes ao longo do ano, fechando o período nos 2,5% e com expectativas de mais subidas para 2019.

A rentabilidade da obrigação da Alemanha a 10 anos passou de 0,43% no fim de 2017 para 0,17% no final de dezembro. A rentabilidade da obrigação do Governo Português para o mesmo período reduziu, passando de 1,94% para 1,72%. A Euribor anual teve flutuações ao longo do ano, passando de -0,18% em 2017 para -0,12% no final de 2018. Apresenta valores negativos desde fevereiro de 2016.

O ano de 2018 foi de maior volatilidade nas bolsas, tendo sido também notória até outubro a diferença de comportamento entre o mercado americano com retorno positivo, e os mercados do resto do mundo com retornos negativos. A partir do mês de outubro, os índices americanos iniciaram uma tendência de queda, o que veio contagiar as outras bolsas e fez com que, a nível global, o ano fechasse em valores mínimos. No período compreendido entre dezembro de 2017 e 2018, o DJ Euro Stoxx diminuiu 14,4% e o S&P diminuiu 6,24%. Por sua vez, o PSI20 perdeu 12,2% durante o ano.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de dezembro de 2018, o valor sob gestão ultrapassou os 19,3 mil milhões de euros, segundo dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, representando um ligeiro decréscimo de 1,9% em relação ao final de 2017.

Durante o ano de 2018, foi publicada a seguinte legislação com impacto na atividade de gestão de Fundos de Pensões:
> Norma 8/2018 da ASF, de 28 de dezembro. Regulamenta o pagamento direto de pensões pelo Fundo de Pensões.

Atividade

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2018, no valor dos fundos geridos verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, passando de 21 608 127 euros para 19 915 876 euros, o número de fundos sob gestão mantém-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 0,02%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

Resultados

Apurou-se neste exercício um resultado líquido de 4 978 euros contra 57 022 euros no ano anterior, o que representa um decréscimo de 52 044 euros.

Esta evolução negativa deve-se fundamentalmente ao acréscimo do custo com trabalhos especializados e ao proveito verificado em 2017, proveniente da redução da provisão para outros riscos e encargos.

Relativamente à prestação de serviços, registou-se um decréscimo de 5,63%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões – passou de 168 274 euros para 158 807 euros.

O resultado operacional passou de 50 307 euros para 5 096 euros negativos, o que traduz um decréscimo de 55 403 euros.

O capital próprio ascende a 1 091 475 euros, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro de 2018, a margem de solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 136,43%, em 2017 era de 135,81%.

Os resultados da Sociedade resumem-se como segue:

SÍNTESE DOS RESULTADOS	2018	2017
Rendimentos e Ganhos antes de depreciações	161.276,22	189.773,79
Gastos e Perdas antes de depreciações	(166.372,25)	(139.245,89)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES	(5.096,03)	50.527,90
Gastos de depreciações e amortizações	0,00	(220,94)
RESULTADO OPERACIONAL	(5.096,03)	50.306,96
Juros e Rendimentos	10.931,25	10.145,64
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	5.835,22	60.452,60
Imposto s/Rendimento do Período	(857,18)	(3.430,52)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.978,04	57.022,08

PERSPETIVAS PARA 2019

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

Para 2019, não se prevê alteração no mercado interno dos Fundos de Pensões.

Para dar resposta à procura de complementos de reforma privados, continuamos a apostar na comercialização do Fundo de Pensões aberto.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em cumprimento do disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que ao resultado deste exercício, no valor de 4 978 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para reserva legal:	€ 250,00
Para resultados transitados:	€ 4.728,04

Considerações Finais

O Conselho de Administração quer agradecer a confiança que mereceu das empresas clientes e dos acionistas, e prestar homenagem à atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal e pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. Quer também agradecer a todos os colaboradores da Sociedade, designadamente à Diretora Geral, Dra. Ana O'Neill, e à Contabilista Certificada, Dra. Joana Pedro, pela sua dedicação e competência.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

Teresa Brantuas

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(ARTIGO 448º, N° 4 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

Companhia de Seguros Allianz Portugal: 17 719 ações

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

u: €

ATIVO	Notas	2018	2017
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	0,00	0,00
Ativos intangíveis	8	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	9	1.133.058,65	1.007.191,68
		1.133.058,65	1.007.191,68
Ativo corrente			
Clientes	11	40.181,32	42.779,98
Estado e outros entes públicos	12	3.527,52	1.238,40
Outros créditos a receber	13	7.376,18	11.484,62
Diferimentos	14	427,83	698,80
Outros ativos financeiros	10	0,00	100.585,62
Caixa e depósitos bancários	4	13.654,38	9.552,73
		65.167,23	166.340,15
Total do Ativo		1.198.225,88	1.173.531,83
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas	16		
Reservas legais		43.000,00	40.000,00
Outras reservas		29.424,78	29.424,78
		72.424,78	69.424,78
Resultados transitados		14.072,59	(39.949,49)
Resultado líquido do período		4.978,04	57.022,08
Total do capital próprio		1.091.475,41	1.086.497,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	12	2.614,52	2.498,56
Outras dívidas a pagar	17	104.135,95	84.535,90
		106.750,47	87.034,46
Total do Passivo		106.750,47	87.034,46
Total capital próprio e do passivo		1.198.225,88	1.173.531,83
Fundos de Pensões sob gestão	28	19.915.875,50	21.608.127,20

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Brantuas

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

u: €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Serviços prestados	19	158.807,27	168.273,63
Fornecimentos e serviços externos	20	(95.111,94)	(80.076,33)
Gastos com o pessoal	21	(50.629,56)	(42.095,43)
Provisões (aumentos/reduções)	22	0,00	21.110,00
Outros rendimentos	23	2.468,95	390,16
Outros gastos	24	(20.630,75)	(17.074,13)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.096,03)	50.527,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	0,00	(220,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5.096,03)	50.306,96
Juros e rendimentos similares obtidos	25	10.931,25	10.145,64
Resultado antes de impostos		5.835,22	60.452,60
Imposto sobre o rendimento do período	26	(857,18)	(3.430,52)
Resultado líquido do período		4.978,04	57.022,08
Resumo:			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5.096,03)	50.527,90
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		(5.096,03)	50.306,96
Resultado antes de impostos		5.835,22	60.452,60
Resultado líquido do período		4.978,04	57.022,08

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Brantuas

Maria Ana Martins

Carlos Teixeira

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

Descrição		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2017	1	1.000.000,00	38.011,00	29.424,78	(63.456,56)	25.496,07	1.029.475,29
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Sub-Total	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3					57.022,08	57.022,08
Resultado integral	4=3+2	0,00	0,00	0,00	0,00	57.022,08	57.022,08
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Distribuição							
Outras operações			1.989,00		23.507,07	(25.496,07)	0,00
Sub-Total	5	0,00	1.989,00	0,00	23.507,07	(25.496,07)	0,00
Posição a 31 de dezembro de 2017	6=1+4+5	1.000.000,00	40.000,00	29.424,78	(39.949,49)	57.022,08	1.086.497,37

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2018

Descrição		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de janeiro de 2018	1	1.000.000,00	40.000,00	29.424,78	(39.949,49)	57.022,08	1.086.497,37
Alterações no período							
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Sub-Total	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	8					4.978,04	4.978,04
Resultado integral	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	4.978,04	4.978,04
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital							
Distribuição							
Outras operações			3.000,00	0,00	54.022,08	(57.022,08)	0,00
Sub-Total	10	0,00	3.000,00	0,00	54.022,08	(57.022,08)	0,00
Posição a 31 de dezembro de 2018	11=6+9+10	1.000.000,00	43.000,00	29.424,78	14.072,59	4.978,04	1.091.475,41

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

u: €

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	167.758,23	270.275,94
Pagamentos a Fornecedores	(94.353,86)	(97.290,32)
Pagamentos ao Pessoal	(56.723,49)	(62.722,08)
Caixa gerada pelas operações	16.680,88	110.263,54
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(3.146,30)	(2.285,03)
Outros recebimentos/pagamentos	(584,52)	(2.207,88)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	12.950,06	105.770,63
Fluxos de Caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros	(180.869,67)	(422.380,00)
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	151.715,00	200.527,50
Outros ativos		
Juros e rendimentos similares	20.306,26	18.901,96
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(8.848,41)	(202.950,54)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes = (1 + 2 + 3)	4.101,65	(97.179,91)
Caixa e seus equivalentes no início do período	9.552,73	106.732,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13.654,38	9.552,73

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2018	2017
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	13.280,28	9.178,63
Total	13.654,38	9.552,73

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

1. Informações Gerais

A **ALLIANZ** – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante designada por Allianz, SGFP ou Sociedade), tem por objeto social o exercício da atividade de gestão, administração e representação de Fundos de Pensões.

A empresa é uma Sociedade anónima, com sede em Portugal, na Rua Andrade Corvo, 19, Lisboa.

ALLIANZ – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., pertence ao grupo da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo, 32, Lisboa.

De acordo com o regime jurídico aplicável às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, a Allianz, SGFP encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade é responsável pela gestão de quatro Fundos fechados e um Fundo aberto.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no exercício no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2019.

A moeda de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras é o Euro e estas foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo.

As políticas contabilísticas encontram-se consistentes com as utilizadas em exercícios anteriores, pelo que os valores do exercício de 2018 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2017.

DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos Ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos Ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas nesta nota nas principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

A) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Sociedade reconhece os rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes

recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

B) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do Ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos Ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue:

Equipamento administrativo:	
Móveis e utensílios	8 anos
Máquinas de escritório	5 anos
Computadores	3 anos
Equipamento básico:	10 anos

C) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do Ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

D) OUTROS INVESTIMENTOS/ATIVOS FINANCEIROS

A mensuração inicial é efetuada ao justo valor; os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição dos investimentos/Ativos financeiros devem ser incluídos no justo valor.

Os investimentos/Ativos financeiros da Sociedade dizem respeito a Ativos a deter até à maturidade, pelo que se encontram mensurados ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda por imparidade. O ajustamento é calculado através do método da taxa efetiva.

Imparidade dos Ativos

Em cada data do balanço, é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os Ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do Ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

Critério de imparidade

Um Ativo financeiro encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorrem após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação;
- para os títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do Ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

E) FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO

Esta rubrica reflete os Ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na Norma regulamentar nº 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar nº 9/2007-R de 28 de junho.

F) IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente, ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de derrama municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os Ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos Ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2014 a 2016 é de 12 anos. Para os períodos de 2012 e 2013, bem como para os períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, o prazo de reporte dos prejuízos fiscais é de cinco anos.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

G) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito compreende as prestações de serviços aos Fundos de Pensões. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

H) CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço, deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

I) DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante.

J) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

K) BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Planos de contribuição definida

As responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Sociedade são reconhecidas como um gasto do período quando devidas. Quando as contribuições não se vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço, são descontadas usando a taxa de desconto determinada por referência aos rendimentos de mercado no fim do período de relato para obrigações de alta qualidade de empresas para a moeda e maturidade semelhante ao prazo esperado do vencimento das contribuições.

3.3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do Ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS:

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuada pela Sociedade, durante um período de cinco a doze anos (cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013, doze anos para prejuízos apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os prejuízos apurados em 2017 e 2018), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Sociedade situações que coloquem em causa a sua continuidade.

3.5. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2018, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 2018 e 2017 é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	374,10	374,10
Depósitos à ordem	13.280,28	9.178,63
Total	13.654,38	9.552,73

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período, a Sociedade não alterou políticas e estimativas contabilísticas, não tendo igualmente efetuado registo de erros.

6. Partes relacionadas

A Companhia de Seguros Allianz Portugal detém 88,60% das ações da Sociedade. Os restantes 11,40% encontram-se dispersos por diversos acionistas.

A Sociedade é consolidada nas contas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., com sede na Rua Andrade Corvo, 32, Lisboa.

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	2018			
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços	
			Obtidos	Prestados
Companhia de Seguros Allianz, S.A.	55.284,76	0,00	44.946,96	0,00
Fundos de Pensões				
Fundo de Pensões Allianz Portugal	0,00	16.501,82	0,00	68.379,82
Fundo de Pensões AZPII	0,00	4.176,36	0,00	16.066,43
Fundo de Pensões AZPIII	0,00	14.011,76	0,00	53.131,75
Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais	0,00	3.619,01	0,00	14.122,17
TOTAL	55.284,76	38.308,95	44.946,96	151.700,17

Descrição	2017			
	Contas a pagar	Contas a receber	Serviços	
			Obtidos	Prestados
Companhia de Seguros Allianz, S.A.	56.870,62	0,00	46.236,28	0,00
Fundos de Pensões				
Fundo de Pensões Allianz Portugal	0,00	19.310,14	0,00	79.982,02
Fundo de Pensões AZPII	0,00	4.284,55	0,00	16.474,15
Fundo de Pensões AZPIII	0,00	13.466,58	0,00	50.254,19
Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais	0,00	3.915,44	0,00	14.638,66
TOTAL	56.870,62	40.976,71	46.236,28	161.349,02

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2017		2018				
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Depreciações do exercício	Valor líquido
Equipamento básico	1.597,93	(1.597,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	29.515,08	(29.515,08)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	31.113,01	(31.113,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2016		2017				
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Abates	Alienações	Depreciações do exercício	Valor líquido
Equipamento básico	1.597,93	(1.597,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	29.515,08	(29.294,14)	0,00	0,00	0,00	(220,94)	0,00
TOTAL	31.113,01	(30.892,07)	0,00	0,00	0,00	(220,94)	0,00

8. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2017		2018				
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisição	Abates	Alienações	Amortizações do exercício	Valor líquido
Programas de computador	50.903,50	(50.903,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	156,15	(156,15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.059,65	(51.059,65)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nesta rubrica, encontram-se registados os custos incorridos com a aquisição de *software*, os quais estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas.

9. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros investimentos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos financeiros		
Obrigações - Dívida Pública	800.584,95	673.041,29
Obrigações - Emissores Privados	332.473,70	334.150,39
TOTAL	1.133.058,65	1.007.191,68

10. Outros Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de outros Ativos financeiros apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Outros ativos financeiros		
Obrigações - Emissores Privados	0,00	100.585,62
TOTAL	0,00	100.585,62

Esta rubrica é de ativos financeiros com maturidade inferior a um ano. Em 2018 houve amortização de uma obrigação.

11. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Clientes - Partes relacionadas (Nota 6)	40.181,32	42.779,98
TOTAL	40.181,32	42.779,98

Detalhe a 31-12-2018

Descrição	2018	2017
Clientes - partes relacionadas (Nota 6)	40.181,32	42.779,98
TOTAL	40.181,32	42.779,98

Detalhe a 31-12-2017

Descrição	Por vencer	Entre 0 e 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Entre 360 e 720 dias	> 720 dias
Clientes	0,00	40.181,32	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	40.181,32	0,00	0,00	0,00	0,00

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018		2017	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamento Especial por Conta	2.401,70	0,00	2.190,34	0,00
Estimativa de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1.125,82	0,00	0,00	951,94
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		407,00		303,00
Imposto de selo	0,00	1.546,36	0,00	1.646,63
Contribuições para a Segurança Social	0,00	661,16	0,00	548,93
TOTAL	3.527,52	2.614,52	1.238,40	2.498,56

13. Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Juros a receber		
Obrigações-Dívida Pública	4.125,15	4.039,75
Obrigações-Emissores Privados	3.251,03	7.444,87
TOTAL	7.376,18	11.484,62

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Diferimentos Ativos		
Seguros	0,00	369,78
Outros	427,83	329,02
TOTAL	427,83	698,80

15. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital da ALLIANZ, SGFP, S.A. é de um milhão de euros, representado por 20 000 ações, no valor nominal unitário de cinquenta euros, integralmente subscrito e realizado.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foi a seguinte:

Acionistas	2018	
	Capital subscrito	%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	885.950,00	88,595%
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.	42.000,00	4,200%
Auto-Sueco, Lda.	36.050,00	3,605%
Unibetão – Indústrias de Betão Preparado, S.A.	18.000,00	1,800%
Fundo de Pensões Eurospuma	12.000,00	1,200%
Têxteis Moura & Mattos, S.A.	6.000,00	0,600%
TOTAL	1.000.000,00	100,000%

Em relação ao exercício de 2017, não houve qualquer alteração acionista.

16. Reservas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Reservas legais	43.000,00	40.000,00
Outras reservas	29.424,78	29.424,78
TOTAL	72.424,78	69.424,78

Em conformidade com o Artº 295 do Código das Sociedades Comerciais, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 5% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até que aquela represente a quinta parte do capital subscrito.

17. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de dívidas a pagar apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Credores – partes relacionadas (Nota 6)	55.284,76	56.870,62
Gastos subsídios pessoal	4.578,75	3.792,64
Gastos gratificações prémios	8.805,00	6.800,00
Credores diversos	35.467,44	17.072,64
TOTAL	104.135,95	84.535,90

A rubrica de “credores diversos” em 2018 refere-se na sua maioria a honorários.

18. Responsabilidade com benefícios pós-emprego

Foi reconhecido como gasto o montante de 590,38 euros, referente às contribuições para a adesão da Sociedade ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Mais.

19. Serviços prestados

Esta rubrica traduz as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão:

Descrição	2018	2017
Gestão de Fundos de Pensões	158.807,27	168.273,63

20. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Trabalhos especializados	82.961,42	67.960,98
Honorários	2.300,00	2.300,00
Comissões	56,67	65,49
Material de escritório	291,02	136,24
Deslocações e estadas	7.824,96	7.236,00
Transporte de pessoal	413,93	375,65
Comunicação	253,90	236,93
Publicações obrigatórias	1.010,04	1.765,04
TOTAL	95.111,94	80.076,33

Os gastos com trabalhos especializados traduzem principalmente, o encargo com a gestão das carteiras de investimentos dos Fundos de Pensões, € 44.946,96, prestado pela Companhia de Seguros Allianz, e honorários do Revisor Oficial de Contas € 26.279,08.

21. Gastos com pessoal

Durante o exercício de 2018 me 2017, a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 1 colaborador.

Os custos com pessoal referentes aos exercícios de 2018 e 2017 são analisados como segue:

Descrição	2018	2017
Remunerações		
Órgãos Sociais	2.194,60	1.695,80
Pessoal	39.625,24	31.438,44
Encargos sobre remunerações	6.452,04	5.524,18
Benefícios pós-emprego		
Plano de contribuição definida	590,38	526,28
Seguros obrigatórios	352,71	1.441,04
Gastos de ação social	1.254,59	1.437,69
Formação	160,00	32,00
TOTAL	50.629,56	42.095,43

22. Provisões

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica das provisões apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Provisões		
Riscos e encargos	0,00	21.110,00
TOTAL	0,00	21.110,00

O montante de 2017, deveu-se à descontinuação da provisão constituída em 2015, para fazer face ao possível pagamento de imposto de selo que não se efetivou.

23. Outros rendimentos

Os outros rendimentos referentes aos exercícios de 2018 e 2017 são analisados como segue:

Descrição	2018	2017
Alienação de investimentos financeiros	1.393,25	159,43
Correções relativas a períodos anteriores	1.075,70	230,73
TOTAL	2.468,95	390,16

24. Outros gastos

Os outros gastos referentes aos exercícios de 2018 e 2017 são analisados como segue:

Descrição	2018	2017
Impostos	20.630,75	17.074,13

Esta rubrica refere-se essencialmente a imposto sobre o valor acrescentado suportado.

25. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios de 2018 e 2017 são analisados como segue:

Descrição	2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de obrigações		
Obrigações - Dívida Pública	11.606,66	18.459,16
Obrigações - Emissores Privados	4.591,16	2.313,00
Reajustamento custo amortizado obrigações	(5.266,57)	(10.626,52)
TOTAL	10.931,25	10.145,64

26. Imposto sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos (resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC) é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Não foram contabilizados ativos nem passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, no período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	5.835,22	60.452,60
Diferenças permanentes a deduzir	0,00	(21.110,00)
Diferenças permanentes a acrescentar	138,25	0,00
Lucro tributável	5.973,47	39.342,60
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Dedução de prejuízos fiscais	4.181,43	27.539,82
Matéria coletável	1.792,04	11.802,78
Imposto sobre o Rendimento	376,33	2.478,58
Derrama	89,60	590,14
Imposto corrente	465,93	3.068,72
Tributações autónomas	391,25	361,80
Imposto do período	857,18	3.430,52
Taxa efetiva de imposto	14,69%	5,67%

Os prejuízos e créditos fiscais reportáveis no período findo em 31 de dezembro de 2018 são analisados como segue:

Exercício de geração	Exercício limite utilização	Prejuízos fiscais disponíveis	Prejuízos fiscais utilizados				Prejuízos reportáveis
			2013	2016	2017	2018	
2012	2017	30.515,05	(7.276,93)	(9.370,79)	(13.867,33)	0,00	0,00
2014	2026	16.232,57	0,00	0,00	(13.672,49)	(2.560,08)	0,00
2015	2027	14.207,02	0,00	0,00	0,00	(1.621,35)	12.585,67
	TOTAL	60.954,64	(7.276,93)	(9.370,79)	(27.539,82)	(4.181,43)	12.585,67

27. Dividendos

O resultado da Sociedade não permite distribuição de dividendos.

28. Fundos de Pensões sob gestão

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

Fundos	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Fundo Allianz Portugal	9.747.884,68	48,95%	11.406.804,90	52,79%
Fundo AZP II	2.467.039,88	12,39%	2.530.950,02	11,71%
Fundo AZP III	5.104.880,27	25,63%	4.919.275,86	22,77%
Fundo Sun Chemical Portugal	478.213,46	2,40%	460.560,70	2,13%
Fundo Aberto Reforma Mais	2.117.857,22	10,63%	2.290.535,72	10,60%
TOTAL	19.915.875,50	100,00%	21.608.127,20	100,00%

29. Outras informações exigidas por diplomas legais

Os honorários faturados nos exercícios de 2018 e 2017 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são analisados como segue:

Descrição	2018	2017
Sociedade gestora	18.179,08	3.800,00
Fundos de Pensões	8.100,00	7.600,00
TOTAL	26.279,08	11.400,00

Nos termos do nº 1 do artº 21 do Decreto Lei nº 41/91, a Sociedade não tem contribuições em dívida à Segurança Social.

30. Remunerações dos Órgãos Sociais

Durante o exercício de 2018, o Conselho de Administração não auferiu qualquer montante.

O Conselho Fiscal auferiu o montante de 2 194,60 euros.

Não existe qualquer responsabilidade com benefícios pós-emprego.

31. Acontecimentos após a data do balanço

Não se conhecem à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Joana Pedro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Brantuas
Maria Ana Martins
Carlos Teixeira

RELATÓRIO PARECER DO CONSELHO FISCAL

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas da
Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com o disposto nos estatutos da **Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Sociedade")**, vem o Conselho Fiscal da Sociedade apresentar o Relatório sobre a sua ação fiscalizadora e Parecer sobre os documentos de prestação de contas que lhe foram submetidos pelo Conselho de Administração da Sociedade relativos ao ano de 2018.

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade da Sociedade através de contactos com o Conselho de Administração ou seus representantes, tendo obtido sempre os esclarecimentos necessários acerca da atividade da Sociedade e da gestão do negócio.

No cumprimento da sua ação fiscalizadora, o Conselho Fiscal verificou e analisou os documentos económico-financeiros na extensão considerada conveniente, tendo comprovado a adequação das políticas contabilísticas, os critérios valorimétricos assim como a observância da lei e dos estatutos da Sociedade.

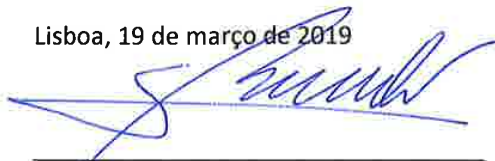
Relativamente aos documentos de prestação de contas - Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo, verificou-se que satisfaziam os preceitos legais aplicáveis e que esclareciam razoavelmente a atividade desenvolvida e os resultados alcançados.

Apreciamos a Certificação Legal de Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas cujo conteúdo mereceu a aprovação deste Conselho.

Em resultado do trabalho desenvolvido, é nosso parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas referentes a 2018.

Finalmente, desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 19 de março de 2019



Alexandre Serra Brandão
Presidente



Maria Fernanda Rodrigues Fernandes
Vogal



Isaque Marcos Lameiras Ramos
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA
DE FUNDOS DE PENSÕES S.A.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro 2018 (que evidencia um total de 1.198.226 euros e um total de capital próprio de 1.091.475 euros, incluindo um resultado líquido de 4.978 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de dezembro 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

19 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



www.allianz.pt

Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

R. Andrade Corvo, 32 | 1069-014 Lisboa | Telefone: +351 213 165 300 | Telefax: +351 213 165 570

Capital Social 39 545 400 € | Pessoa Coletiva 500 069 514